

A CRÍTICA À CIENTOMETRIA E AO COLONIALISMO ACADÊMICO: DESAFIOS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

THE CRITIQUE OF SCIENTOMETRICS AND ACADEMIC COLONIALISM: CHALLENGES OF SCIENTIFIC PRODUCTION IN THE BRAZILIAN UNIVERSITY

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.035-063>

Maria Fernanda de Cristo Santos

Mestranda em Educação, graduada em Pedagogia
Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO

E-mail: mariafernandacristo2013@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8390474330872884>

RESUMO

O presente artigo, estruturado como um estudo de revisão bibliográfica, analisa criticamente a relação entre a cientificidade, o produtivismo acadêmico e o colonialismo epistêmico no seio da universidade brasileira. O objetivo principal consiste em investigar de que modo a submissão às métricas quantitativas de avaliação científica, impostas pelos centros hegemônicos de poder global, impacta a autonomia intelectual e a relevância social da produção acadêmica nacional. Metodologicamente, a pesquisa configura-se como um estudo teórico e bibliográfico de abordagem qualitativa, fundamentado na análise crítica de obras seminais. O percurso analítico cruza as perspectivas de Renato Ortiz e Nildo Ouriques acerca da fetichização da cientometria com os contributos do pensamento social e decolonial de Boaventura de Sousa Santos, Florestan Fernandes e Álvaro Vieira Pinto. Os resultados apontam que a absolutização dos indicadores produtivistas atua como um mecanismo de controle que desvaloriza as epistemologias locais e promove uma monocultura do saber. Esta dinâmica consolida uma dependência epistêmica, tecnológica e cultural, afastando o investigador das reais necessidades da sua comunidade. Conclui-se, por conseguinte, que a superação deste cenário de subordinação exige uma profunda reconfiguração das políticas de avaliação e a reafirmação do papel social da universidade, de modo a construir uma ciência descolonizada, orientada para a emancipação social e capaz de responder aos complexos desafios da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Cientometria; Colonialismo acadêmico; Universidade brasileira; Produção científica.

ABSTRACT

This article, structured as a bibliographic review study, critically analyzes the relationship between scientificity, academic productivism, and epistemic colonialism within the Brazilian university. The main objective is to investigate how the submission to quantitative metrics of scientific evaluation, imposed by

hegemonic centers of global power, impacts the intellectual autonomy and social relevance of national academic production. Methodologically, the research is configured as a theoretical and bibliographic study with a qualitative approach, based on the critical analysis of seminal works. The analytical path intersects the perspectives of Renato Ortiz and Nildo Ouriques regarding the fetishization of scientometrics with the contributions of the social and decolonial thought of Boaventura de Sousa Santos, Florestan Fernandes, and Álvaro Vieira Pinto. The results show that the absolutization of productivist indicators acts as a control mechanism that devalues local epistemologies and promotes a monoculture of knowledge. This dynamic consolidates an epistemic, technological, and cultural dependence, distancing the researcher from the real needs of their community. It is concluded, therefore, that overcoming this scenario of subordination requires a profound reconfiguration of evaluation policies and the reaffirmation of the university's social role, in order to build a decolonized science, oriented towards social emancipation and capable of responding to the complex challenges of Brazilian society.

Keywords: Scientometrics; Academic colonialism; Brazilian university; Scientific production.

1 INTRODUÇÃO

A universidade brasileira, ao longo das últimas décadas, passou por um processo acelerado de adaptação a modelos internacionais de avaliação da produção científica. Este processo foi intensificado pela globalização das práticas acadêmicas, que trouxeram consigo um conjunto de métricas quantitativas para medir o desempenho dos pesquisadores. Indicadores como fator de impacto, índice e a produção em periódicos classificados no Qualis/CAPES tornaram-se centrais nas políticas de ciência e tecnologia. Entretanto, a pertinência dessas métricas no contexto de países periféricos tem sido questionada por diversos autores, entre eles Renato Ortiz (2008) e Nildo Ouriques (2011). Ortiz argumenta que a cientometria, quando absolutizada como critério de avaliação, converte-se em um fetiche, desconsiderando as múltiplas dimensões da produção do conhecimento. O autor não condena a medição em si, mas critica o modo como ela foi transformada em um fim, e não em um meio. A partir dessa crítica, abre-se um importante campo de reflexão sobre o que significa qualidade em ciência, especialmente no contexto das universidades latino-americanas. Nildo Ouriques, por sua vez, denuncia o colonialismo acadêmico presente nas práticas de avaliação da pós-graduação no Brasil. Para ele, o sistema de classificação adotado pelas agências de fomento nacional, como a CAPES, reproduz lógicas de subordinação aos interesses das potências centrais. Essa subordinação manifesta-se tanto na valorização das publicações em revistas estrangeiras, quanto na desconsideração das agendas de pesquisa vinculadas às necessidades locais.

Essas críticas não surgem no vácuo. Elas dialogam com uma tradição de pensamento crítico latino-americano, que inclui autores como Florestan Fernandes e Álvaro Vieira Pinto. Ambos refletiram sobre o

papel da universidade nos países dependentes, destacando a necessidade de uma produção de conhecimento voltada para a transformação social e a superação da condição de dependência. No contexto atual, marcado pela intensificação das desigualdades globais e pela reconfiguração do papel da ciência como instrumento estratégico das potências, essas reflexões ganham renovada atualidade. A pandemia de COVID-19, por exemplo, evidenciou o abismo existente entre as capacidades científicas e tecnológicas dos países centrais e periféricos, reforçando a pertinência da crítica à dependência epistêmica.

Além das questões relacionadas à avaliação da produção científica, está em jogo a própria concepção de universidade. Ortiz e Ouriques apontam para o esvaziamento do projeto humanista da universidade, substituído por uma lógica empresarial, na qual o conhecimento é tratado como mercadoria e o pesquisador como produtor de artigos. Essa lógica impacta diretamente na autonomia científica e intelectual das universidades brasileiras, que passam a orientar suas agendas de pesquisa em função das demandas do mercado e das exigências dos rankings internacionais. O resultado é uma produção acadêmica frequentemente desvinculada das reais necessidades da sociedade brasileira.

Diante desse cenário, este capítulo propõe uma reflexão crítica sobre as implicações da cientometria e do colonialismo acadêmico para a universidade brasileira. A partir das contribuições de Ortiz e Ouriques, e em diálogo com outros autores críticos, buscamos compreender os desafios e as possibilidades de construção de uma ciência descolonizada, socialmente relevante e comprometida com a emancipação.

Em seguida, exploraremos em profundidade as críticas à cientometria, o colonialismo acadêmico e suas consequências para a produção científica no Brasil. Em seguida, discutiremos o papel social da universidade e as perspectivas para uma ciência orientada pelas demandas nacionais e populares.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa configura-se como um estudo teórico de natureza bibliográfica e abordagem qualitativa. A investigação fundamenta-se na revisão e análise crítica de obras seminais que discutem a crise da universidade e a produção do conhecimento na periferia do capitalismo, estabelecendo um diálogo direto com a matriz do pensamento decolonial. O corpus analítico foi constituído de forma intencional, priorizando intelectuais que oferecem um diagnóstico estrutural sobre a dependência acadêmica latino-americana. As obras de Renato Ortiz (2008) e Nildo Ouriques (2011) serviram como fio condutor para a crítica à fetichização da cientometria e à lógica produtivista.

Para adensar essa discussão e conectá-la à superação do eurocentrismo, o referencial foi expandido por meio das contribuições de Boaventura de Sousa Santos (2007) sobre a sociologia das ausências, em articulação com o pensamento social brasileiro de Florestan Fernandes (1975) e Álvaro Vieira Pinto (2005). O procedimento analítico baseou-se em uma leitura hermenêutica-crítica dos textos. A análise dos dados bibliográficos foi orientada pela identificação e cruzamento de três eixos temáticos fundamentais: a)

a cientometria como instrumento de controle e mercado; b) as manifestações do colonialismo acadêmico nas políticas de avaliação da pós-graduação; e c) a retomada da função social da universidade brasileira. Desse modo, a análise buscou desvelar as estruturas de poder subjacentes aos sistemas de avaliação acadêmica contemporâneos, apontando caminhos para a descolonização epistêmica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A CIENTOMETRIA E A FETICHIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

A cientometria, originalmente concebida como ferramenta auxiliar para análise da produção científica, foi gradualmente elevada à condição de critério absoluto de qualidade. Indicadores quantitativos, como fator de impacto e número de publicações, passaram a ser utilizados como proxies para medir a relevância de pesquisadores e instituições. No entanto, como alerta Ortiz (2008), essa prática ignora as especificidades das áreas de conhecimento e dos contextos nacionais, promovendo uma visão distorcida da qualidade científica.

A crítica à cientometria não é uma negação da necessidade de avaliação. Pelo contrário, trata-se de uma denúncia ao uso acrítico e descontextualizado desses indicadores, que desconSIDERAM a diversidade de práticas e saberes. Quando a produção científica é reduzida a números, perde-se de vista sua dimensão social, cultural e política, transformando o conhecimento em mercadoria.

A obsessão por produtividade leva ao que Boaventura de Sousa Santos (2007) chama de "monocultura do saber", onde apenas determinados tipos de conhecimento são reconhecidos como legítimos. Essa monocultura é responsável por silenciar epistemologias alternativas e desconSIDERAR os saberes locais, agravando a exclusão intelectual dos países periféricos. Ouriques (2011) destaca que o sistema de pós-graduação no Brasil foi capturado por essa lógica produtivista. A valorização das publicações em revistas internacionais, em detrimento de produções voltadas para as demandas locais, contribui para a alienação do professor-pesquisador, que passa a orientar sua carreira segundo critérios externos, muitas vezes alheios às necessidades da sociedade brasileira. A cientometria, nesse contexto, funciona como instrumento de controle e disciplinamento das práticas acadêmicas. Ao definir o que deve ser produzido e como deve ser avaliado, os indicadores quantitativos reduzem a autonomia intelectual dos pesquisadores e limitam a inovação científica, que depende, justamente, da capacidade de questionar paradigmas estabelecidos.

Além disso, a fetichização da produção científica impacta negativamente as ciências humanas e sociais, cujas dinâmicas de produção e circulação do conhecimento não se adequam aos moldes das ciências exatas e biomédicas. A busca por impacto imediato e alto número de citações penaliza pesquisas de caráter crítico e de longo prazo, essenciais para a compreensão das complexas realidades sociais.

A lógica produtivista também influencia a formação de novos pesquisadores. Programas de pós-graduação passam a valorizar mais a quantidade de artigos publicados do que a qualidade dos projetos de pesquisa. Como resultado, formam-se profissionais treinados para atender demandas de publicação, mas sem um compromisso efetivo com a transformação social. A consequência desse modelo é a proliferação de pesquisas desconectadas da realidade social brasileira. Temas relevantes para a população, como desigualdade, racismo, violência urbana e desenvolvimento sustentável, são frequentemente preteridos em favor de agendas alinhadas aos interesses das potências centrais. Renato Ortiz (2008) enfatiza que a ciência deve ser um instrumento de leitura crítica da realidade e não uma atividade voltada exclusivamente para a acumulação de publicações. A redução da produção científica a números compromete essa função, transformando a universidade em mera produtora de dados para alimentar rankings internacionais.

A superação desse modelo exige uma mudança profunda nas políticas de avaliação científica. É necessário reconhecer a diversidade de formas de produção do conhecimento e valorizar a relevância social das pesquisas, em oposição à lógica mercantilista da cientometria. Somente assim será possível recuperar a função social da universidade e promover uma ciência comprometida com a emancipação dos povos. Nos próximos capítulos, discutiremos como o colonialismo acadêmico reforça essas dinâmicas de dependência e subordinação, aprofundando as críticas de Ortiz e Ouriques e propondo alternativas para uma ciência mais autônoma e socialmente relevante.

3.2 COLONIALISMO ACADÊMICO E DEPENDÊNCIA EPISTÊMICA

O colonialismo acadêmico refere-se ao processo pelo qual as práticas científicas e educacionais dos países periféricos são moldadas e subordinadas às normas, valores e interesses das potências hegemônicas. Esse fenômeno se manifesta, entre outros aspectos, na imposição de critérios de avaliação científica que desconsideram as especificidades locais. Ouriques (2011) denuncia que a política científica brasileira reproduz modelos importados sem uma reflexão crítica sobre sua pertinência para a realidade nacional.

A internacionalização da ciência, frequentemente exaltada como sinônimo de excelência, acaba se convertendo em uma forma sutil de colonialismo. Ortiz (2008) argumenta que publicar em revistas internacionais, muitas vezes, não significa dialogar com o mundo, mas sim submeter-se a padrões alheios à nossa realidade. Esse processo esvazia a autonomia intelectual das universidades periféricas e limita sua capacidade de produzir conhecimento relevante para suas sociedades.

O sistema de avaliação da CAPES, com sua ênfase nas publicações em periódicos estrangeiros, exemplifica esse colonialismo epistêmico. Ouriques (2011) critica o fato de que as pesquisas orientadas para a resolução de problemas locais frequentemente têm menor valor nos rankings acadêmicos, em comparação com estudos que seguem as tendências estabelecidas pelos centros de poder científico global. Essa lógica desincentiva a produção de conhecimento comprometido com a transformação social.

Boaventura de Sousa Santos (2007) introduz o conceito de "sociologia das ausências" para explicar como determinados saberes e práticas são invisibilizados pelas epistemologias hegemônicas. No contexto do colonialismo acadêmico, essa invisibilização atinge as universidades periféricas, que passam a ser vistas como meras consumidoras de teorias produzidas no Norte global, em vez de produtoras de conhecimento original.

A dependência epistêmica não é apenas uma questão acadêmica; ela tem implicações políticas e econômicas. Ao orientar suas agendas de pesquisa segundo interesses externos, às universidades dos países periféricos contribuem para a perpetuação de relações de dependência, dificultando o desenvolvimento autônomo. Vieira Pinto (2005) já alertava para o risco de uma ciência desconectada das necessidades nacionais, que reforça a subordinação econômica e tecnológica.

O colonialismo acadêmico também impacta a formação de novos pesquisadores. Jovens cientistas são treinados para replicar metodologias e temáticas importadas, em vez de desenvolver abordagens inovadoras que dialoguem com a realidade local. Esse processo limita a criatividade e a capacidade crítica, conformando uma elite intelectual voltada para a legitimação de saberes estrangeiros. Além disso, a imposição de padrões internacionais desconsidera as condições materiais das universidades periféricas. Muitas vezes, a infraestrutura e os recursos disponíveis não permitem competir em igualdade de condições com as instituições do Norte global. Ainda assim, as métricas utilizadas ignoram essas desigualdades, reforçando a exclusão e a marginalização das universidades brasileiras. Florestan Fernandes (1975) enfatizava que a emancipação cultural e científica dos países dependentes exige uma ruptura com a mentalidade colonial. Essa ruptura passa pela valorização da produção intelectual própria, pela construção de uma ciência voltada para os desafios nacionais e pela recusa em aceitar passivamente os modelos impostos externamente.

Para além da crítica, é necessário pensar em alternativas ao colonialismo acadêmico. Isso implica promover políticas de incentivo à produção científica local, fortalecer as redes de colaboração entre países do Sul global e desenvolver critérios de avaliação mais sensíveis às realidades nacionais. O reconhecimento da pluralidade de saberes e a valorização das epistemologias locais são passos fundamentais nesse processo. Conclui-se que o combate ao colonialismo acadêmico exige uma ação coordenada entre pesquisadores, instituições e políticas públicas. A construção de uma ciência autônoma, crítica e socialmente comprometida depende da capacidade de resistir às imposições externas e de afirmar a relevância da produção científica brasileira no cenário global.

3.3 A FUNÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE E A EMANCIPAÇÃO CIENTÍFICA

A universidade, enquanto instituição social, tem historicamente desempenhado um papel fundamental na formação de cidadãos críticos e na produção de conhecimento voltado para o

desenvolvimento das sociedades. No entanto, como alertam Ortiz (2008) e Ouriques (2011), a universidade brasileira vem se afastando dessa função, ao adotar uma lógica produtivista e mercantilista, moldada por interesses externos. Renato Ortiz (2008) defende que a universidade deve ser um espaço de reflexão crítica, capaz de formular diagnósticos sobre a realidade e de propor soluções para os problemas sociais. A ênfase na quantidade de publicações e na competição por índices de impacto compromete essa missão, transformando a universidade em uma fábrica de artigos, desconectada das demandas da sociedade. Ouriques (2011), por sua vez, argumenta que a pós-graduação brasileira foi cooptada por uma lógica elitista e excludente, que prioriza o prestígio acadêmico em detrimento da relevância social. Essa dinâmica reforça a distância entre a universidade e a sociedade, dificultando a construção de uma ciência comprometida com a emancipação social.

A função social da universidade não se restringe à produção de conhecimento técnico ou especializado. Ela envolve também a formação de sujeitos críticos, capazes de intervir na realidade de forma transformadora. Boaventura de Sousa Santos (2007) destaca a importância de uma universidade comprometida com as lutas sociais e com a construção de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento. A crítica ao produtivismo acadêmico não implica uma negação da importância da pesquisa e da publicação científica. Trata-se, antes, de uma defesa da relevância social do conhecimento produzido. Uma universidade verdadeiramente comprometida com sua função social deve articular excelência acadêmica com responsabilidade social, promovendo uma ciência que dialogue com as necessidades da população. Vieira Pinto (2005) enfatiza que o desenvolvimento científico dos países periféricos deve ser orientado por um projeto nacional, capaz de articular as demandas sociais, econômicas e culturais. A universidade, nesse contexto, tem um papel estratégico na construção de uma ciência autônoma e voltada para o desenvolvimento endógeno.

A universidade brasileira enfrenta, portanto, o desafio de superar a lógica colonizada e mercantilista que vem orientando suas práticas. Isso exige uma profunda reavaliação dos critérios de excelência acadêmica, uma valorização das pesquisas voltadas para os problemas nacionais e uma abertura ao diálogo com os saberes populares e tradicionais.

A função social da universidade deve ser entendida como uma responsabilidade coletiva, que envolve professores, estudantes, gestores e formuladores de políticas públicas. A construção de uma ciência emancipada depende da articulação entre esses atores e do fortalecimento de uma cultura acadêmica comprometida com a transformação social. É fundamental reconhecer que a ciência não é neutra. Ela é atravessada por interesses econômicos, políticos e culturais, que moldam as agendas de pesquisa e os critérios de validação do conhecimento. Nesse sentido, a universidade tem a responsabilidade de desenvolver uma postura crítica em relação a esses interesses, afirmando sua autonomia e seu compromisso com a sociedade.

A construção de uma ciência socialmente relevante implica também o fortalecimento das redes de colaboração entre universidades brasileiras e de outros países do Sul global. Essas parcerias podem contribuir para a formulação de agendas de pesquisa mais alinhadas com as realidades locais e para a superação das assimetrias que caracterizam o sistema científico internacional. Conclui-se que a recuperação da função social da universidade é uma condição necessária para a construção de uma ciência emancipatória. Esse processo exige a superação da lógica produtivista e colonialista, a valorização das epistemologias locais e o compromisso com a transformação social. A universidade brasileira deve, portanto, assumir um papel ativo na construção de um projeto nacional de desenvolvimento científico, autônomo e socialmente comprometido

Quadro 1: Síntese comparativa entre a Lógica Produtivista e a Perspectiva Decolonial Emancipatória na Universidade

Dimensões de Análise	Lógica Produtivista Eurocêntrica (Colonialidade)	Perspectiva Decolonial Emancipatória (Autonomia)
Foco da Produção	Ênfase na quantidade (cientometria, fator de impacto, número de publicações) e na submissão a rankings globais.	Ênfase na relevância social, na qualidade investigativa e na resolução de demandas locais e nacionais.
Base Epistemológica	"Monocultura do saber": universalismo euro-americano, invisibilização de saberes locais e legitimação pelo Norte global.	"Ecologia de saberes": reconhecimento da pluralidade epistêmica e diálogo com conhecimentos populares e tradicionais.
Papel da Universidade	Lógica empresarial e mercantilista; o conhecimento é tratado como mercadoria e a instituição como "fábrica de artigos".	Lógica de transformação social; a universidade atua como espaço de leitura crítica e formulação de um projeto nacional de desenvolvimento.
Postura do Pesquisador	Alienação acadêmica; pesquisador treinado para replicar metodologias importadas e atender às demandas de publicação externa.	Engajamento crítico e intelectual; pesquisador autônomo, comprometido com a inovação metodológica e a emancipação social.

Fonte: Elaborado pela autora (2026), com base em Ortiz (2008), Ouriques (2011) e Santos (2007).

4 CONCLUSÃO

As reflexões de Renato Ortiz e Nildo Ouriques oferecem uma crítica contundente ao modelo de universidade que se consolidou no Brasil nas últimas décadas. A ênfase na cientometria, a subordinação a agendas internacionais e a lógica mercantilista da produção científica comprometem a função social da universidade e perpetuam a dependência intelectual do país.

O colonialismo acadêmico, ao impor critérios e padrões alheios às realidades locais, limita a capacidade das universidades brasileiras de produzirem conhecimento relevante para suas sociedades. Esse processo de subordinação intelectual tem implicações profundas para o desenvolvimento científico, tecnológico e social do país. A superação dessas dinâmicas exige uma profunda reconfiguração das políticas científicas e educacionais. É necessário repensar os critérios de avaliação, valorizando a relevância social das pesquisas e reconhecendo a pluralidade de saberes e formas de produção do conhecimento.

A construção de uma ciência descolonizada passa pela valorização das epistemologias do Sul, pela articulação entre universidade e sociedade e pela formulação de projetos de pesquisa voltados para a transformação social. A universidade deve assumir um papel ativo na formulação de alternativas ao modelo de desenvolvimento excludente e dependente. É fundamental também fortalecer as redes de colaboração entre universidades do Sul global, promovendo a troca de experiências e a construção de agendas de pesquisa comuns. Essas parcerias podem contribuir para a superação das assimetrias do sistema científico internacional e para a afirmação da produção científica brasileira no cenário global.

A universidade brasileira enfrenta o desafio de se reinventar, resgatando sua função social e afirmando sua autonomia intelectual. Esse processo exige uma ruptura com a lógica produtivista e colonialista, e a construção de uma ciência comprometida com a emancipação social. Em suma, as críticas de Ortiz e Ouriques nos convocam a repensar a universidade como espaço de produção de conhecimento relevante, socialmente comprometido e voltado para a transformação da realidade. A construção de uma ciência autônoma, crítica e emancipada é, portanto, um projeto estratégico para o desenvolvimento do Brasil.

REFERÊNCIAS

Fernandes, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

Ortiz, Renato. **Cientificidade, Cientometria e Insensatez**. In: A Diversidade dos Sotaques. São Paulo: Brasiliense, 2008.

Ouriques, Nildo. **Ciência e pós-graduação na universidade brasileira**. In: RAMPINELLI, W. J.;

Ouriques, N. (Org.). **Crítica à Razão Acadêmica: Reflexão sobre a Universidade Contemporânea**. Florianópolis: Insular, 2011.

Pinto, Álvaro Vieira. **O Conceito de Tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

Santos, Boaventura de Sousa. **A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez, 2007.